

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI Nº 3.046 DE 2011

Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre a isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

Autor: Deputado AGUINALDO RIBEIRO

Relator: Deputado RAUL LIMA

I - RELATÓRIO

Subscrito pelo ilustre Deputado Aguinaldo Lima, o projeto de lei sob análise tem por escopo isentar do pagamento do Adicional de Tarifa Aeroportuária, os passageiros de voos com destino a países do Mercosul.

Na justificação, entre outros argumentos, destaca-se que “a proposta objetiva, além de facilitar os deslocamentos entre o Brasil e os países do Mercosul, incentivar o turismo intracontinental e impulsionar a economia da região.”

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, a Mensagem foi inicialmente distribuída a esta Representação, por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, e às Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

É o relatório

864E806E34
864E806E34

II - VOTO DO RELATOR

Antes de qualquer consideração, cumpre destacar que nesta Representação, o PL nº 3.046, de 2011, será examinado tão somente sob o prisma da integração regional. Nesse sentido, a análise dos impactos atinentes às questões de direito interno e à constitucionalidade da proposição deverá ser realizada pelas Comissões regimentalmente competentes.

É meritória a iniciativa do ilustre Deputado Aguinaldo Lima, que objetiva reduzir os encargos incidentes sobre as tarifas aeroportuárias, com o intuito declarado de incentivar o turismo e impulsionar a economia intra-regional.

Para se que se possa avaliar a importância do Mercosul no setor do transporte aéreo, o Anuário editado pela ANAC revela que, no ano de 2001, nas rotas entre Brasil e Argentina, Brasil e Uruguai e Brasil e Paraguai, foram transportados por empresas brasileiras e estrangeiras 3.948.437 passageiros¹, sendo a cidade de Buenos Aires, o terceiro destino mais procurado pelos brasileiros que viajam ao exterior². Esse número sobe para 5.655.719, se forem incluídas as rotas com destino ao Chile, Peru e Colômbia.

De acordo com o citado Anuário, o Chile, o Peru e a Colômbia, estados Associados do Mercosul ao lado da Bolívia, detêm participação significativa no total de passageiros transportados a partir de aeroportos brasileiros. Assim, com a finalidade de conferir maior amplitude ao projeto de lei, apresentamos emenda que estende aos voos com destino aos Estados associados do Mercosul a isenção do adicional de embarque.

Cumpre destacar, também, que a emenda proposta determina a inclusão de um § 4º no art. 1º da Lei nº 7.920, de 1989, haja vista que este artigo já conta com 3 (três) parágrafos.

A nosso juízo, a redução dos custos incidentes sobre a tarifa de embarque dos voos destinados aos Estados Partes e aos Estados

¹ Fonte: Anac - Anuário do Transporte Aéreo. Dados estatísticos e econômicos de 2011.

² Fonte: <http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/noticia/2370174/orlando-principal-destino-dos-turistas-brasileiros-exterior-revela-pesquisa>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

864E806E34

864E806E34

Associados do Mercosul incrementará o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuirá para o processo de integração regional. Por tais motivos, nosso voto é pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.046, de 2011.

Sala da Representação, em de de 2013.

Deputado RAUL LIMA
Relator

864E806E34
864E806E34

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI Nº 3.046 DE 2011

Inclui § 4º no art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para isentar do Adicional de Tarifa Aeroportuária os passageiros dos voos destinados aos Estados Partes e aos Estados Associados do Mercosul.

EMENDA

Art. 1º Inclua-se no art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, o seguinte parágrafo quarto:

“Art. 1º.....
.....

§ 4º *O adicional de que trata este artigo não incide sobre a tarifa de embarque dos voos destinados aos Estados Partes e aos Estados Associados do Mercosul.”*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado RAUL LIMA
Relator